

Determinismo e as responsabilidades | Pedro Gaspar Amaral

Um dos problemas mais associados à posição determinista radical é que levaria ao esvaziamento da noção de responsabilidade moral e, portanto, da própria moralidade. O presente texto visa sistematizar algumas abordagens que podem ser utilizadas para contrariar essa visão. A importância desta problematização não é meramente científica, mesmo tendo optado por enveredar pela opção ensaísta. Ao nível didático é preciso harmonizar a transição entre a discussão metafísica e a discussão ética, particularmente atendendo à possibilidade de haver estudantes com intuições incompatibilistas deterministas. Esta discussão é também uma boa forma de explorar a complexidade dos problemas filosóficos, bem como desconstruir as noções de senso comum.

O ensaio inicia-se com uma breve abordagem à posição determinista radical, seguindo-se, então, a leitura que é feita da responsabilidade moral à luz do problema do livre-arbítrio segundo os autores de leitura obrigatória desta unidade curricular. A partir da dissertação de mestrado de José Xarez, abordar-se-ão as críticas e propostas de autores que desafiam essas noções. Por fim, apresento um outro contributo.

Determinismo

Se consultarmos um dicionário filosófico de referência, temos que o determinismo é entendido como

the very general thesis about the world that all events without exception are effects - events necessitated by earlier events. Hence any event of any kind is an effect of a prior series of effects, a causal chain with every link solid.¹

O problema do livre-arbítrio questiona a compatibilização entre esta conceção de um universo determinista e a existência de livre-arbítrio. A resposta que nos importa

¹ Ted Honderich, ed., *The Oxford Companion to Philosophy*, 2.^a ed. (Oxford: Oxford University Press, 2005), 208.

para este ensaio é a resposta incompatibilista determinista, também designada como determinismo radical.

O problema da responsabilidade

Neste prisma, um filósofo como Peter van Inwagen propôs um importante argumento – o argumento da consequência:

If determinism is true, then our acts are the consequences of the laws of nature and events in the remote past. But it is not up to us what went on before we were born, and neither is it up to us what the laws of nature are. Therefore, the consequences of these things (including our present acts) are not up to us.²

Se os nossos atos não dependem de nós, então não pode haver responsabilidade moral. Este é o grande ponto de partida para se demonstrar a impossibilidade de responsabilidade moral num cenário determinista radical.

Este entendimento é famosamente colocado em causa por Harry Frankfurt, que sintetiza o Princípio das Possibilidades Alternativas – uma sofisticação no entendimento da responsabilidade – derrubando-o e demonstrando como é possível haver responsabilidade moral num universo determinista. O Princípio das Possibilidades Alternativas afirma:

a person is morally responsible for what he has done only if he could have done otherwise.³

De facto, os célebres casos de Frankfurt parecem indicar que, mesmo sem possibilidades alternativas, os agentes decidem. A explicação de Frankfurt implica uma teoria hierárquica do desejo e da volição, afirmando que o agente pode desejar o desejo e assim sucessivamente. Mesmo num cenário em que haja uma coerção externa, existe um livre-arbítrio no desejo do agente sobre o desejo.

Robert Kane coloca em xeque esse aparato intelectual, afirmando que

Nonconstraining (NC) control is another matter. It is exemplified by the cases of behavioral conditioning and behind-the-scenes manipulation just described. In

² Peter van Inwagen, *An Essay on Free Will* (Oxford, 1983), 16.

³ Harry G. Frankfurt, "Alternate Possibilities and Moral Responsibility," *The Journal of Philosophy* 66, no. 23 (1969): 829

such cases, the controllers do not get their way by constraining or coercing others against their wills, but rather by manipulating the wills of others so that the others (willingly) do what the controllers desire.⁴

Kane avança com a possibilidade de se pensar um controlo oculto não coercivo, ou seja, formas de manipulação de atitudes e comportamentos do agente sem que ele tenha conhecimento dessa manipulação. Apesar de Kane criticar assim Frankfurt, ele próprio defenderá a existência de uma responsabilidade última através da ideia de virtude como causa suficiente.

Galen Strawson formula uma outra objeção aplicável à formulação de Frankfurt, nomeadamente, à sucessão de ordens que ela exige. Strawson declara

You do what you do, in any situation in which you find yourself, because of the way you are.

To be truly morally responsible for what you do you must be truly responsible for the way you are - at least in certain crucial mental respects.⁵

As sucessivas provas da vontade do agente no que concerne à sua intencionalidade para demonstrar a responsabilidade moral redundam em duas alternativas possíveis: uma regressão infinita ou uma conclusão de *causa sui*. Por absurdo, não pode existir responsabilidade moral.

Um elemento comum a todas estas aceções de responsabilidade moral é o seu entendimento deste conceito através do mérito básico (uma tradução de *basic desert*), como afirma Gregg Caruso⁶. Neste ponto de vista, o agente deve ser culpado ou elogiado por uma ação por tê-la realizado. Como a relação de controlo entre o agente e a ação é necessária, temos então como sendo impossível essa relação num universo sem livre-arbítrio. José Xarez afirma que a perspetiva do mérito básico

captura a importância prática do debate acerca do livre-arbítrio na esfera moral e sociopolítica; condiz com a conceção do senso-comum⁷

⁴ Robert Kane, *The Significance of Free Will* (Oxford, 1996), 64.

⁵ Galen Strawson, "The Impossibility of Moral Responsibility," *Philosophical Studies* 75 (1994): 12-13.

⁶ José Xarez, "As consequências ético-práticas da ausência do livre-arbítrio" (dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 2021), 9.

⁷ José Xarez, "As consequências ético-práticas da ausência do livre-arbítrio", 10.

De facto, há autores que dão esta noção como uma escolha inconsciente, como é o caso de Bruce Waller. A crença na responsabilidade moral não está bem justificada, sendo o resultado do desejo de retaliação e da recompensa pelo bem⁸.

Vejamos então outras propostas paradigmáticas para uma responsabilidade moral compatível com o livre-arbítrio.

Outros enquadramentos para a responsabilidade

Gregg Caruso identifica três palavras como denotando três visões distintas deste conceito: *accountability*, *attributability*, *answerability*. Designemos por imputabilidade, atribuilidade e justificabilidade, respetivamente. A imputabilidade é a conceção à luz do mérito básico. A atribuilidade consiste em afirmar que somos responsáveis pelas nossas ações se estas forem um reflexo ou o resultado da nossa identidade como agentes morais. Por fim, a justificabilidade declara que somos moralmente responsáveis pela ação que desempenhamos se formos capazes de justificar o porquê de ter agido dessa forma e não de outra qualquer.

Este entendimento parece estabelecer uma abordagem prática para se falar em responsabilidade moral, fugindo à análise mais sentimental que Waller diagnostica. Veja-se esta defesa de Caruso

When we hold students answerable in this way, we do so not to exact retribution but to develop in them important skills moving forward. These skills include improved self-awareness, improved ability to articulate sound reasons for action, and improved ability to adjust one's actions in light of legitimate criticism and feedback.⁹

É possível aprofundar este enquadramento através do modelo conversacional de Derk Pereboom (a partir de Michael McKenna). Responsabilizar alguém por uma atitude não é um ato de retribuição pelo passado, mas sim um ato de comunicação moral direcionado ao futuro¹⁰.

⁸ José Xarez, "As consequências ético-práticas da ausência do livre-arbítrio", 24.

⁹ Gregg D. Caruso, "Free Will Skepticism and the Question of Creativity: Creativity, Desert, and Self-Creation," *Ergo an Open Access Journal of Philosophy* 3, nº 23 (2016): 600-601, <https://doi.org/10.3998/ergo.12405314.0003.023>.

¹⁰ José Xarez, "As consequências ético-práticas da ausência do livre-arbítrio", 37.

In accord with the conversational model, it is the agent's rationality that is engaged in the envisioned process for both blame and praise. In the case of blame, at the stage of moral address we request an explanation with the intent of having the agent acknowledge a disposition to act badly, and then, if he has in fact so acted without excuse or justification, we aim for him come to see that the disposition issuing in the action is best eliminated. In the standard sort of case, this change is produced by way of the agent's recognition of moral reasons to make it.¹¹

O sistema penal, por exemplo, deve ser encarado numa ótica pragmática, como uma quarentena para reabilitação social. Desta forma, é possível proteger de vítimas potenciais, reconciliar relações interpessoais e permitir a formação moral.

Não obstante, julgo que há uma outra noção que, potencialmente, escapa a estes autores e que me parece pertinente: a lógica do *archarayut*, tal como sistematizada por Natan Elgabsi.

I am called to respond inside this relationship. I am not an accomplisher of a task, nor does the other before whom I stand demand a task to be accomplished. Responsibility instead means that I am entangled in an other. [...] And because only I can meet this responsibility, my responsibility is what defines who I am: responsibility is subjectivity.¹²

Elgabsi apresenta esta visão da responsabilidade por oposição à lógica romana da responsabilidade como *spondeo*, muito próxima da imputabilidade (*accountability*). A sua marca distintiva é articular a priori a relação entre o eu e o outro anónimo num plano moral, a responsabilidade não aparece transaccionalmente, ela existe.

Arrisco a afirmar que a noção de responsabilidade pode ser, então, reenquadrada como uma resposta ao reconhecimento da dignidade: não é um mero discurso ou projeção da responsabilidade, nem um mero procedimento social, antes a expectativa do reconhecimento da dignidade em cada rosto. Não será incompatível com os autores anteriores, é uma questão de posicionamento em escala.

¹¹ Derk Pereboom, *Free Will, Agency, and Meaning in Life* (Oxford: Oxford University Press, 2014), 135.

¹² Natan Elgabsi, "What Is Responsibility toward the Past? Ethical, Existential, and Transgenerational Dimensions," *History and Theory* 63, no. 4 (dezembro de 2024): 134, <https://doi.org/10.1111/hith.12359>.

A maior dificuldade de seguir este caminho é a necessidade de fundamentar essa imagem de dignidade e a sua imanência no corpo social. A filosofia neokantiana de Rawls talvez permita de algum modo pensar a questão através da caracterização que é feita do agente racional na posição da ignorância. Em particular, a concepção fraca de justiça, ditando que as partes são mutuamente desinteressadas, ou seja, não movidas pela inveja. Facilmente esta se pode tornar uma discussão sobre a natureza ou condição humana (o que já é, embora noutra direção).

O elemento que me é central é perceber que uma perspectiva sobre responsabilidade moral para ser compatível com a ausência de livre-arbítrio não deverá limitar-se a projetar uma construção relacional exclusivamente racional, estando essa flexibilidade enquadrada pela complexidade das relações sociais.